

Funcionalismo: Sarney vai vetar aumentos excessivos aprovados pelo Congresso.

Na Polícia Federal e na Receita os aumentos iriam até 120%, contra 75% nos demais órgãos.

Os privilégios estabelecidos pelo Congresso na semana passada, ao aprovar o novo reajuste dos funcionários públicos federais, serão vetados pelo presidente José Sarney ao sancionar o projeto de lei. A informação foi confirmada ontem pelo ministro da Administração, Aluísio Alves, que garantiu ao seu colega da Fazenda, Dílson Funaro, que não haverá sobrecarga dos gastos públicos em função de aumentos excessivos.

Pela lei aprovada no Congresso, os funcionários da Polícia Federal e da Secretaria de Receita Federal teriam aumentos de até 120%, contra os 75% concedidos aos demais servidores.

O ministro da Administração revelou que o presidente Sarney também assinará um decreto-lei para regulamentar a conclusão de reajustes salariais para o funcionalismo público. Aluísio Alves informou que o decreto-lei fará com que não ocorram mais aumentos de salários diferenciados para os servidores públicos. Através deste instrumento legal, explicou o ministro, serão neutralizados todos os projetos de lei que o Congresso eventualmente apresente com o objetivo de privilegiar setores da administração pública através de reajustes diferenciados.

"Sempre haverá utilização indevida de carros oficiais", disse o ministro, lembrando que a fiscalização contra os abusos cabe a cada ministério. O ministro observou que os ministérios conseguirão reduzir a utilização ilegal dos automóveis oficiais desde que realmente fiscalizem. Para dar o exemplo,

Aluísio Alves informou que o Ministério da Administração promoverá, em breve, o leilão de dez automóveis desativados em função do decreto assinado pelo presidente Sarney e que restringiu a utilização dos carros de representação. Este será o primeiro leilão dentro do espírito de austeridade requerido por Sarney.

Royalties

Outra decisão do presidente da República anunciada ontem foi a de sancionar, sem vetos, os projetos de lei aprovados pelo Congresso que instituem a reforma fiscal (o pacote econômico) e estabelecem o pagamento de royalties aos Estados e municípios produtores de petróleo. O pacote fiscal será sancionado por Sarney com as alterações aprovadas pelo Congresso, segundo o secretário de Imprensa da Presidência, Fernando Mesquita.

Ele explicou também que Sarney pretende convidar os governadores de todos os Estados interessados para participarem da cerimônia de assinatura do projeto de lei dos royalties. Mas lembrou que o pagamento desses royalties só começará a ser feito a partir de abril, e não em janeiro como chegou a ser noticiado.

Programas sociais

A Seplan anunciou a liberação de recursos da ordem de Cr\$ 331 bilhões para vários programas de desenvolvimento regional e para o Programa de Prioridades Sociais, beneficiando as regiões Norte e Nordeste. Serão destinados recursos para o pequeno pro-

ductor rural, transporte de passageiros, irrigação e açudes, e projetos regionais. Esses recursos foram liberados depois de audiência do ministro João Sayad com o presidente da República.

A propósito dos programas sociais do governo, o ministro Sayad reúne-se hoje com representantes dos produtores de leite para estudar medidas de estímulo à produção e garantir assim o fornecimento suficiente para a execução do programa de distribuição do produto às crianças carentes.

O programa de leite, conforme o ministro do Planejamento, visa atender as demandas de nutrição, mas também estimular a agricultura. Sayad observa que, hoje, a produção leiteira é deficiente no País, basicamente por falta de demanda e por causa do controle de preços. Para 1986, garante Sayad, o preço do leite será razoável e, a médio prazo, a tendência é o governo liberá-lo, conforme manifestação dos empresários do setor. Atualmente, o Brasil apresenta uma produção anual de 11 bilhões de litros de leite, gerando receita de Cr\$ 11 trilhões, números que Sayad considera pequenos.

O programa nacional de leite para crianças carentes será coordenado pela Seplan e operacionalizado pela Secretaria Especial de Ação Comunitária, da Presidência da República, em estreita colaboração com instituições comunitárias organizadas. Para o próximo ano, o governo garante que o programa atenderá a 1,5 milhão de crianças, distribuindo 246 milhões de litros de leite e aplicando recursos da ordem de Cr\$ 1 trilhão.